

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE - (PAICV)
CONSELHO NACIONAL

REUNIÃO DO SECRETARIADO DO CN

ACTA Nº.5/III/84

Presidente: Cda. Secretário Geral

Data: 8/5/84

Horas: 09H00

Presentes: Todos Os membros do Secretariado

Ordem do Dia

- 1 - Leitura e aprovação da acta da reunião anterior
- 2 - A implementação das últimas decisões do CN
- 3 - Distribuição das bolsas de saúde concedidas pelo PCUS
- 4 - Apreciação de alguns pedidos de atribuição de Estatuto de Combatente de Liberdade da Pátria
- 5 - Missões à Cuba e Argélia
- 6 - Sobre o Congresso da JAAC-CV
- 7 - Sobre a criação de uma Associação de Arquitectos e Engenheiros
- 8 - Situação do Cda. Pedro Lopes no quadro da Associação

1 - Leitura e aprovação da acta da reunião anterior

Foi lida e aprovada a acta da reunião de 3/4/84

2 - A implementação das decisões da última reunião do CN

O Cda. Secretário-Geral Adjunto de uso da palavra disse que

.../...

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE - (PAICV)
CONSELHO NACIONAL

/2

depois de uma reunião do Conselho Nacional o Secretariado deve reunir para implementar as decisões. As questões vem do Congresso e talvez não passam de repetições. Na última reunião da C.P. já se tinha abordado a questão de formação. Está previsto para breve um encontro com todos os responsáveis pelas Organizações de Massas para a discussão da questão da materialização das decisões do CN. Para além da acção das O.Massas fica a questão da política sindical. Talvez a melhor forma de se avançar será a criação de um grupo de trabalho que poderá apresentar um esboço para trabalho. Com isso não quer dizer que não tenha havido uma política. Pretende-se fazer uma reflexão séria e objectiva sobre como organizar e também para haver orientações políticas. Como exemplo citou como organizar os Sindicatos, haverá organização só nas cidades ou em todas as ilhas. Sobre a questão do poder local disse estar em preparação um projecto de lei. As linhas gerais do projecto foram já discutidas no Conselho de Ministros e o Ministro do Interior deve apresentar o projecto visando a sua discussão nas bases do Partido e com a população. A terminar disse que o programa da aplicação das decisões sobre as Organizações de Massas será apresentado após a reunião com as mesmas.

O Cda. Olívio Pires disse que havia a questão da definição de uma política nacional da juventude e não sabe se ficou resolvido com o Congresso. No caso de não ter sido existirá material suficiente para se elaborar a tal política nacional. Poder-se pensar num grupo de trabalho constituído por representantes do Partido, JAAC, Educação, Plano, etc que podia apresentar um documento. A decisão poderá ser tomada pela Comissão Política. Acrescentou o Cda. Olívio que deve ser distribuído aos Sectores do Partido colecções dos documentos que serviram de base à reunião do CN. O departamento dos Assuntos Gerais deve encarregar-se disso. (2 ou 3 exem

.../...

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE - (PAICV)
CONSELHO NACIONAL

/3

plares para cada Sector).

Continuando com a sua intervenção acrescentou. A nível do departamento de Organização pretende-se fazer uma reunião no mês de Julho cujo conteúdo incidirá sobre o trabalho a desenvolver nos organismos de base. Pensa-se elaborar um conjunto de directivas muito precisas, separando a questão do Partido no local de residência, no local de trabalho, no campo e na cidade. Nessa Ordem de ideias disse, há um trabalho complementar a ser feito que será a elaboração de um Manual Político-Ideológico, em estreita colaboração com o departamento de Formação. O Manual será para dar resposta às questões políticas que se apresentam aos grupos. Estão sendo recolhidas sugestões às estruturas através dos contactos que vem sendo realizados com as bases. Está também em vias de ser organizado a Secção de quadros. Existe já uma lista de possíveis quadros que embora incompleta mas devem ser acompanhados, formados, etc para que a C.P. possa dispor de dados quando necessita designar um quadro para certas funções. Torna-se necessário elaborar programas de formação, conhecer as técnicas de avaliação, etc. Talvez seja útil fazer algum contacto com um Partido mais experiente e conhecer os indicadores e as técnicas que poderão servir-nos. Mais disse que o curso de formação que vem sendo levado à cabo cá na Praia poderá talvez servir de experiência para se organizar algo para os dirigentes.

Quanto ao trabalho do Partido nas Forças Armadas e de Segurança vem sendo dinamizado. Pretende apresentar um projecto de regulamento para as duas direcções políticas.

Relativamente à questão das quotas pretende-se apresentar uma proposta apoiando-se na de S. Vicente e nos dados da Praia Urbano e Praia Rural.

.../...

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE - (PAICV)
CONSELHO NACIONAL

/4

O Cda José Araújo disse que os departamentos que lhe estão afectos tem dificuldades de pessoal. Por isso pensa em estabelecer prioridades para a Formação (Escola do Partido), oficialização do Curso do Partido e no plano ideológico a instalação do Conselho Nacional de Informação. Quanto ao Instituto Amílcar Cabral, recolheu a documentação existente e pensa trazer uma proposta à direcção do Partido, assim como o projecto de decreto da oficialização do curso. No que respeita à Informação limitou-se a ver que papéis existiam. Quanto à sua natureza, se se trata de um organismo do Partido ou do Estado tem dificuldade em definir isso, embora tenha as suas ideias próprias. A composição e os Objectivos estão definidos nas resoluções. Previamente deve haver um regulamento para que as coisas possam avançar e funcionar. Inclusive deve haver uma legislação. Acrescentou que não dispõe ainda de uma máquina onde possa apoiar para promover uma discussão no seio da Comissão sobre questões ideológicas. De qualquer forma as questões do I.A. Cabral e a Comissão Nacional da Informação carecem ser discutidas na Comissão Política.

O Cda Pedro Pires disse que quanto ao Conselho Nacional de Informação acha que se deve discutir, pois, há esquemas que podem ser utilizados. Citou por exemplo a discussão que se fez há bem poucos dias sobre o código da água. O seu órgão máximo é um conselho interministerial e talvez para a informação pode ser algo semelhante.

No domínio da formação a Bulgária por exemplo tem uma experiência interessante e devia-se conhece-la no quadro do Instituto Amílcar Cabral. Esse país dispõe de um centro de formação que apoia o Comité Central.

O Cda Olívio disse que de facto a Bulgária tem experiência no domínio de formação e consultadoria. Durante muito tempo apoiaram os cu

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE - (PAICV)
CONSELHO NACIONAL

15

banos. Quanto ao Conselho Nacional de Informação seria importante se viesse a funcionar no âmbito do Partido e não através de uma legislação, pois dessa maneira dava maior prestígio.

O Cda Secretário Geral disse que se deve começar a nível do Partido, até porque não podemos pensar que tudo funciona na base de lei. Acrescentou que no domínio da rádio é preciso que certas intervenções sejam retomadas, por que caso contrário esvazia-se o seu conteúdo.

O Cda Abílio Duarte disse estar de acordo que a rádio é um dos meios de comunicação mais eficiente. O Conselho Nacional de Informação deve funcionar na base do Partido até porque dá mais margem de manobra. Acrescentou que em S.Vicente o público diz que a rádio não exprime o sentimento nacional e que preocupa mais com a propaganda das casas comerciais que de outra coisa.

O Cda José Araújo disse que também está de acordo que há necessidade de controle. Mais disse que trará o projecto da organização à reunião da Comissão Política para discussão e depois far-se-á uma reunião para a instalação do Conselho de Informação. A propósito da informação disse ter visto um programa na TVEC e ficou com a impressão que as pessoas pensam que o crioulo só serve para coisas do género sem importância. Acha que se deve fazer um programa a sério em crioulo.

O Cda Pedro Pires disse que se deve habituar as pessoas a pagar pelo serviço prestado. Por exemplo o jornal deve cobrar pelos anúncios. Deve-se combater a ideia de Estado Previdência, porque senão transforma-se numa sociedade de ajuda. Quem deve pagar é outra questão. As organizações devem ter um dinamismo próprio. As empresas devem pagar, porque senão os lucros serão fictícios. É preciso definir para quem reverterão os lucros da propaganda. Talvez sirvam para uma boa discoteca, aquisição de aparelhos para estúdio da rádio, etc. A propaganda tem de ser feita mas

é preciso controle.

O Cda Olívio Pires disse que em relação ao problema da rádio Voz de S.Vicente não se põe a questão do Partido ou da JAAC pagar ou não pelas sua propaganda, mas os militantes dizem que os locutores dão atenção à propaganda das casas comerciais por causa das gratificações que recebem. Já se falou muito sobre isso, mas o Director da Rádio diz que a questão está tudo regulado.

Quanto ao C.N. Informação pode ser presidida pelo Cda Secretário Geral ou Secretário Geral Adjunto para dar certa audiência, já que entra responsáveis do Partido e do Estado.

O Cda Abílio Duarte de novo de uso da palavra disse que por exemplo a sua intervenção feita no Tarrafal no dia 19. de Maio não foi retransmitida em S.Vicente. Está de acordo que se cobra a propaganda mas que não haja inversão de valores.

O Cda Pedro Pires disse que recebeu um relatório do Director da Rádio Voz de S.Vicente que diz que o rendimento anual da propaganda é de 1200 contos que são repartidos em 40% para os locutores e 60% para a rádio. Ele pede que se regulamenta isso. Sobre a questão da Informação em S.Vicente há lá um Ministro Adjunto que tem uma delegação, há um 1º Secretário do Partido, que devem agir para controlar a situação.

Conclusão: O Conselho Nacional de Informação deve ser instalado o mais breve possível devendo o acto ser presidido pelo Cda Secretário Geral ou na sua ausência pelo Secretário Geral Adjunto.

O Cda Joaquim Pedro Silva disse que sobre os Assuntos Gerais

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE - (PAICV)
CONSELHO NACIONAL

/7

a questão fundamental é a do director. Pensou-se em Fátima Spencer, mas não sabe em que pé está isso.

O Cda. Olívio na sequência acrescentou que há intenção de se trazer o Lourenço Lopes ex-Delegado do Governo do Sal, para o departamento de Administração e Finanças e neste caso a Arlinda Santos passava para os Assuntos Gerais.

O Cda. Pedro Pires disse que o Ministro do Interior tem insistido que se discuta conjuntamente a questão dos quadros. Neste caso podia-se ver conjuntamente a designação dos Secretários de Estado, do 1º Secretário e do Delegado do Governo de S.Vicente, do Presidente do IAPE, talvez na próxima reunião. Acrescentou que preocupa-o a questão de S.Vicente.

O Cda. Abílio Duarte disse que queria corroborar a ideia do Cda. Pedro Pires, pois, recentemente na sua deslocação à S.Vicente teve a preocupação de ver com o olho político a situação. Existe uma certa tensão social para a solução dos problemas existentes. É necessário a substituição dos cdas. que lá estão e que pediram para sair. Acrescentou que nos seus contactos estava prevista uma concentração central com a população, compareceram 35 pessoas. Disseram que a portaria sobre a água está provocando uma certa insatisfação, porque além de tudo há uma certa confusão com a Electra, pois, os consumidores alegam que os contadores estão descontrolados.

Continuando o Cda. Joaquim Pedro Silva disse:

Os documentos aprovados na última reunião do CN são importantes para a elaboração do programa de trabalho. É sua intenção constituir um grupo de trabalho que apoiará o departamento de Administração Pública e Justiça e em coordenação com o Cda. Olívio ~~pensa~~ trabalhar na or

.../...

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE - (PAICV)
CONSELHO NACIONAL

/8

ganização do Partido nas Empresas e serviços, com vista à solução dos problemas que os grupos deparam nesses locais de trabalho. No que diz respeito ao departamento dos organismos do poder de participação popular é intenção ser dada atenção a esse departamento a nível dos Sectores onde algo já vem funcionando. Para isso pensa fazer deslocações aos Sectores, para discutir com os Cdas essa questão. Falou da experiência dos angolanos e do funcionamento dos departamentos.

O Cda Abílio Duarte disse que é urgente ser feito o que estiver ao nosso alcance para que os organismos de poder de participação popular possam funcionar como se pretende. Essa urgência põe tanto mais que agora na reunião que teve com o Conselho Deliberativo de S. Vicente e com a presença das Comissões de Moradores estes informaram que recebem pouco ou quase nulo apoio do C.D. e em alguns casos tem havido atitudes que não dignificam as Comissões de Moradores.

O Cda Secretário Geral Adjunto disse que queria chamar atenção para o perigo das sobreposições na Ad. Pública. Sobre a questão dos angolanos duvida se as coisas funcionam tudo bem. É sabido que o seu esquema é baseado no sistema dos soviéticos e dos cubanos. O nosso existe mesmo que não funciona bem. O curso que está tendo lugar na Praia está fazendo uma radiografia da nossa Função Pública. No âmbito do plano está-se tentando fazer o programa da Reforma Administrativa. Se se vai criar um grupo no Partido que vai reflectir sobre essa questão e o Governo está fazendo o mesmo, é preciso ser visto como se fará a articulação. Muitas vezes diz-se que a participação popular não funciona. Diria talvez que se tenha chegado a um ponto em que é preciso haver mudança, analisando o problema de formação das pessoas e fazer uma reflexão profunda sobre a questão. É preciso encontrar uma saída. Daí que esteja de

.../...

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE - (PAICV)
CONSELHO NACIONAL

/9

acordo que se faça uma reunião a nível nacional para reflexão sobre essa questão.

A nível dos Sectores do Partido deve-se formar gente que possa ser profissional. Há que procurar onde está o bloqueamento.

O Cda. Olívio Pires disse que corroborava a argumentação do Cda. Pedro Pires e acrescentou que estamos desfasados entre o que temos e a nossa capacidade de realização. Por exemplo, a nível do Partido, não se pode produzir mais teorias. É preciso aplicar o que existe. A nível das Comissões de Moradores é preciso que os responsáveis de Secção e de Sectores orientam-nos dizendo como fazer. O problema é sério e talvez seja necessário que se faça uma reflexão sobre a questão. Falou-se há já algum tempo em seminários para membros dos C.D.^e Comissões de Moradores, para no local orientar as pessoas, o que precisam fazer e como fazer. Por exemplo tem estado a pensar em como o grupo pode funcionar na Empresa, mas às vezes é a própria direcção da empresa que não dispõe dos dados, dos custos, para que o grupo possa ajudar. Isso, portanto, implica a elevação da cultura económica dos grupos para que possam fazer as empresas funcionar com o menor custo. É preciso inverter a situação. Deve-se engajar os militantes e quadros num certo nível de formação. Para o curso de Verão este ano pretende-se aprofundar as coisas. Haverá menos temas para que se possa descer aos detalhes. Os responsáveis de Sectores terão que depois ir às Secções e grupos.

O Cda. Pedro Pires retomando a palavra disse que foi criada a Secretaria de Estado de Administração Interna, precisamente para apoiar e desenvolver a Administração Local. Temos é que encontrar a pessoa para esse cargo. É possível que no segundo semestre possamos pô-la a funcionar. A nossa formação tem de ser através de escola e do trabalho.

.../...

/10

O Cda. Abílio Duarte disse que o nosso enfoque deve ser no sentido de uma mudança qualitativa. Defendeu em permanência essa tese em S.Vicente. De facto há um desgaste com fundamento ou não. O problema é dos organismos do Partido e do Estado equacionar os problemas e encontrar as vias para a sua solução com os meios locais existentes. Insistiu que é preciso dar um novo passo, porque tinha ido à S.Vicente seis meses atrás e encontrou os mesmos problemas. É preciso fazer uma hierarquização das questões visando^o estabelecimento das prioridades. A finalizar disse que o problema fulcral de S.Vicente é o desemprego para além da delinquência juvenil, etc.

O Cda. Secretário Geral concluindo disse que é preciso melhorar a participação. Deve-se provocar uma reflexão profunda sobre a questão da participação popular desde o nível nacional até à base para que se possa apreender bem as dificuldades existentes e depois dar as orientações. Isso, independentemente da capacitação das pessoas, através de cursos, seminários, etc.

3 - Distribuição das bolsas de saúde concedidas pelo PCUS

O Cda. Olívio Pires informou que o PCUS ofereceu dez bolsas para tratamento na URSS. Apresentou a lista dos pedidos que deram entrada no Secretariado. Após alguns pedidos de esclarecimentos foram atribuídas as bolsas aos seguintes camaradas:

David Hopffer Almada membro do CN

Ana Maria Almada

Mário Moreira quadro profissional do PAICV

José Manuel Cruz funcionário da Embaixada em Lisboa

Lino Públio Monteiro - Director da FAP

Esposa do Cda. Carlos Tavares - quadro profissional do Partido

/11

Ema Mascarenhas - (esposa do Director da EMPA)

Ana Silveira - (esposa do Cda. Daniel Graça)

Esposa do cda. Manuel Moreira - quadro profissionalizado
do Partido

José Luis Ferreira Vaz - funcionário da Embaixada em Moscovo

Quanto aos cdas. Nicolau Pio, Madalena Pio, Dea Almeida e
Maria de Fátima Spencer poderão ter bolsas através do Governo para RDA.
O cda. Henrique Pires poderá ter bolsa de tratamento para Cuba.

4 - Apreciação dalguns pedidos de atribuição de Estatuto
de Combatente de Liberdade da Pátria

O cda. Olívio Pires apresentou uma informação sobre os pedidos de atribuição do Estatuto de Combatente de Liberdade de Pátria que deram entrada no Secretariado. Depois de alguma discussão decidiu-se atribuir o estatuto de Combatente aos seguintes camaradas:

Manuel do Rosário Pereira

Valdemar Lopes da Silva

José Eduardo Barbosa

Marcelino da Silva Correia

João Clímaco Espírito Santo Silva

José Manuel Cruz

José Aguiar Monteiro

Pedro Lopes

Luis Tolentino

João Silva

5 - Missões à Cuba e Argélia

O Cda. Abílio Duarte disse que a Embaixada de Cuba entregou

.../...

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE - (PAICV)
CONSELHO NACIONAL

/12

no Secretariado um convite do P.C.Cubano para que uma delegação do PAICV composta por 2 pessoas visite Cuba e proceder a um intercâmbio de experiência no domínio partidário no quadro do acordo. O P.C.C. gostaria de saber qual a data que nos interessa e os domínios que pretendemos abordar.

O Cda. Olívio disse que podia-se aproveitar um Cda como o Luís Fonseca que poderá procurar saber como está organizado o trabalho com os quadros.

Conclusão: A delegação será chefiada pelo Cda Luís Fonseca membro do CN e integrada pelo Cda Jorge Lopes.

Sobre a Argélia prosseguiu o Cda Abílio, temos um convite de OSPAA para participarmos num Congresso que terá lugar de 20 à 22 de Maio. Continuamos a não sermos membros dessa organização e o convite foi dirigida ao PAIGC.

O Cda Olívio disse que em sua opinião não são os Partidos que são membros de OSPAA mas sim, as Associações de Amizade e Solidariedade com os Povos. Outrora participamos enquanto movimento de libertação.

Conclusão: Não participaremos no Congresso da OSPAA a ter lugar em Argel de 20 à 22 de Maio em virtude de não sermos membros dessa organização.

8 - Situação do Cda Pedro Lopes no quadro da Associação

O Cda Olívio Pires disse que sob insistência do Cda Silvino assinou um pedido para que o cda Pedro Lopes passe em comissão de serviço para o Partido. O problema que se põe agora é de ordem financeira, portanto, a questão do orçamento e do local de trabalho. Fica a questão da ligação da Associação com o Partido, ou seja quem atende a organização. Há duas alternativas. Considerá-la uma instituição social

.../...

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE - (PAICV)
CONSELHO NACIONAL

/13

e nesse caso dependeria do cda Pedro Fiores ou como algo ligado à política externa e nesse caso ao cda. Abílio Duarte.

O Cda. Pedro Fiores disse que como algo que está ligada ao exterior portanto dependerá do Secretário para as Relações Exteriores. Quanto ao orçamento deve-se apresentar uma proposta com um mínimo de despesas.

Conclusão: A AMISOL dependerá do Secretário para as Relações Exteriores. Devem ser criadas as minimas condições para o Secretário Executivo trabalhar e apresentado um projecto de orçamento para o seu funcionamento.

A reunião foi encerrada pelas 13H10M ficando os pontos 6 e 7 da ordem do dia adiados para a próxima reunião.

Elaborada por

O Secretário-Geral

/ARMINDO CRUZ/

/ARISTIDES PEREIRA/